

1. Informações gerais sobre o Grupo

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, passando a priorizar a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol. A GPC Química possui uma unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME). Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Adicionalmente, possui três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária tendo em vista a crescente demanda nesta região. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. – sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecimento ao mercado norte-americano.
- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenoetetramina.

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à

manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentro outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Adicionalmente a essas ações, é oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter celebrado contratos de médio e longo prazos que reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à

avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da GPC Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do *IFRS* apenas pela avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme *IFRS* seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas durante os ITRs e anualmente.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também

exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5);
- Provisão para contingências (Nota 15);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 6); e

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.3.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento".
- IFRIC 21 - "Impostos".
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge".
- IAS 19 - "Benefícios a empregados".

Das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC mencionadas acima, a administração da Companhia entende que não trará efeitos relevantes aplicáveis.

2.3.2. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do

ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

2.4. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.4.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.4.2. Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.4.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

As Empresas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, e o percentual de participação da controladora compreendem:

| | % Participação direta | | | | Participação indireta | | | |
|--|-----------------------|------------|------------------|------------|---------------------------------|------------|---------------------|------------|
| | GPC | | GPC Química S.A. | | Apolo Tubos e Equipamentos S.A. | | Metanor S.A. | |
| | Participações S.A. | | | | | | Metanol do Nordeste | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Controladas diretas | | | | | | | | |
| Incluídas na consolidação | | | | | | | | |
| GPC Química S.A. | 90,72 | 90,72 | - | - | - | - | - | - |
| Apolo Tubos e Equipamentos S.A. | 56,21 | 56,21 | - | - | - | - | - | - |
| Não incluídas na consolidação | | | | | | | | |
| Metanor S.A. - Metanol do Nordeste | 28,44 | 28,44 | 16,76 | 16,76 | - | - | - | - |
| Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste | 0,01 | 0,01 | 0,25 | 0,25 | - | - | - | - |
| Coligadas | | | | | | | | |
| Apolo Tubulans S.A. | - | - | - | - | 50,00 | 50,00 | - | - |
| Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste | - | - | - | - | - | - | 44,49 | 44,49 |

2.5. Apresentação de informação por segmento

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

2.6. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8. Instrumentos financeiros

2.8.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os Instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

| Controladora | | | | | | |
|--|------------|-------------------------------------|------------|------------|-------------------------------------|--------|
| 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | | |
| Ativos Financeiros | Recebíveis | A valor justo por meio do resultado | Total | Recebíveis | A valor justo por meio do resultado | Total |
| | | | | | | |
| Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira | 111 | - | 111 | 111 | - | 111 |
| Saldos a receber de partes relacionadas | 35.195 | - | 35.195 | 34.334 | - | 34.334 |
| | 35.306 | - | 35.306 | 34.445 | - | 34.445 |

| Consolidado | | | | | | |
|--|------------|-------------------------------------|------------|------------|-------------------------------------|--------|
| 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | | |
| Ativos Financeiros | Recebíveis | A valor justo por meio do resultado | Total | Recebíveis | A valor justo por meio do resultado | Total |
| | | | | | | |
| Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira | 3.504 | - | 3.504 | 7.098 | - | 7.098 |
| Contas a receber | 7.329 | - | 7.329 | 2.368 | - | 2.368 |
| Bens e Direitos creditórios (Nota 8) | 76.661 | - | 76.661 | 85.362 | - | 85.362 |
| Saldos a receber de partes relacionadas | 1.736 | - | 1.736 | 1.576 | - | 1.576 |
| | 89.230 | - | 89.230 | 96.404 | - | 96.404 |

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

| Passivos Financeiros | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Fornecedores | 371 | 385 | 64.600 | 57.583 |
| Empréstimos e Financiamentos | 59.580 | 55.844 | 225.783 | 234.038 |
| Contas a pagar e parte relacionadas | 15.905 | 12.918 | 22.296 | 18.576 |
| | 75.856 | 69.147 | 312.679 | 310.197 |

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Companhia,

compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.8.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.4. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.8.5. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “opções flexíveis”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos de taxas associados a posições no balanço patrimonial, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo do instrumento financeiro derivativo é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações da operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e índice da Bovespa. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.8.6. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.10. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na

demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa” são revertidos contra a perda constituída.

2.11. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.12. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.13. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| Descrição | Taxa anual de depreciação % |
|----------------------------------|------------------------------------|
| Terrenos | |
| Imóveis | 2 a 8 |
| Máquinas/instalações industriais | 5 a 10 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Veículos | 20 |
| Computadores e periféricos | 20 |
| Imobilizações em andamento | - |
| Outros | - |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.14. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15. Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.17. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.20. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.21. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.22. Prejuízo por ação

Prejuízo por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do prejuízo líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da diluição do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

| Apuração do resultado básico por ação | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--------------------|-------------------|
| Numerador | | |
| Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia | (20.185) | (92.914) |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 358.849.702 | 358.849.702 |
| Resultado básico por ação | (0,0562) | (0,2589) |

2.23. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Venda de produtos - mercado de reposição

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e suas coligadas fabrica e vende uma variedade de tubos de aço especiais e produz e vende metanol e seus derivados ao mercado doméstico.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos, momento em que os riscos significativos e benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de

Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$(4.459), não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 6).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 2.854 (2013 - R\$ 2.673) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da

Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| Consolidado | | | | | | |
|------------------------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 2014 | | | | | | |
| | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| Fornecedores | 60.046 | 26 | 4.457 | 72 | - | 64.600 |
| Empréstimos e financiamentos | 138.671 | 28.569 | 35.476 | 23.067 | - | 225.783 |
| Total | 198.717 | 28.595 | 39.933 | 23.139 | - | 290.383 |

3.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|--------|----------------|---------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Empréstimos e Financiamentos | 59.580 | 55.844 | 225.783 | 234.038 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | - | - | 2.854 | 2.673 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 111 | 111 | 3.504 | 4.425 |
| Dívida Líquida | 59.691 | 55.955 | 232.141 | 241.136 |
| Patrimônio Líquido | 18.365 | 42.093 | 22.836 | 52.757 |
| Índice de Alavancagem Financeira | 0,3077 | 0,7523 | 0,0984 | 0,2188 |

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência

reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Sociedades não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Caixa e Bancos | | | | |
| Caixa | 3 | 3 | 37 | 26 |
| Banco do Brasil | - | - | 6 | 69 |
| Banco Bradesco S/A | - | - | 12 | 75 |
| Banco Itau S/A | - | - | 1.257 | 1.281 |
| Banco Banrisul S/A | - | - | - | 1 |
| Banco Fibra | - | - | 15 | 16 |
| Banco Daycoval S/A | - | - | 17 | 203 |
| Banco BBM S/A | - | - | 273 | - |
| Banco Cruzeiro do Sul | - | - | 2 | 2 |
| Caixa Econômica Federal | - | - | 5 | 1 |
| Banco Prosper (a) | - | - | 13 | 10 |
| Banco Indusval | - | - | 0 | 56 |
| Bicbanco S/A | - | - | 101 | 56 |
| Banco Safra S/A | - | - | 275 | 7 |
| Banco Santander | - | - | 6 | 7 |
| Banco HSBC | - | - | 107 | - |
| Nova SRM Admin Recursos Finanças S/A | - | - | 452 | 403 |
| Outros | 108 | 108 | 354 | 212 |
| Total de Caixa e Equivalentes de caixa | 111 | 111 | 2.930 | 2.425 |

4.1 Aplicações Financeiras

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Banco Petra S/A (b) | - | 1.959 |
| Outros | 574 | 41 |
| Total Aplicações Financeiras | 574 | 2.000 |

- (a) Em função da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Prosper pelo Banco Central do Brasil, o saldo de R\$ 13 mantido em conta corrente no Banco Prosper da Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A, ficará indisponível até o final da pendência judicial;
- (b) O saldo da aplicação informado pela instituição financeira foi utilizado na amortização do empréstimo junto ao Fundo BSPAR.

4.2 Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições.

Tanto a GPC Química quanto a Apolo Tubos solicitaram em seu pedido de recuperação judicial a liberação destes recursos, que em 31 de dezembro de 2014 estavam composto da seguinte forma:

| | Consolidado | |
|------------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Banco Indusval | 22 | 22 |
| Banco Interkap | 111 | 111 |
| Bic Banco | 228 | 14 |
| Banco Panamericano (a) | 506 | 8.448 |
| Banco BBM (a) | - | 9.645 |
| Banco Prosper | 593 | 593 |
| Banco Safra (b) | 23 | 4.005 |
| | 1.483 | 22.838 |

(a) No 1º trimestre de 2014 houve uma redução de R\$ 17.785 em relação a posição em 31 de dezembro de 2013, relativos às instituições financeiras BBM e Panamericano na ordem de R\$ 9.478 e R\$ 8.307, respectivamente, valores estes que foram utilizados para amortização do saldo de empréstimos com estas instituições.

(b) No 3º trimestre de 2014 a Controlada Apolo Tubos reduziu sua posição junto ao Banco Safra na ordem de R\$ 4.006 e utilizou o saldo para amortizar o empréstimo que possuía junto a esta instituição financeira.

4.3 Outros Ativos Financeiros

| | Consolidado | |
|--|--------------------|---------------------------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 (reclassificado) |
| Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado | | |
| Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação | 2.854 | 2.673 |
| | 2.854 | 2.673 |

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI.

5. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Cientes no exterior | 2.313 | 1.378 |
| Cientes no país | 59.480 | 48.181 |
| Outras Contas a Receber | 3.230 | - |
| Factoring's | (51.761) | (41.566) |
| Banco Daycoval | (10.014) | (6.250) |
| Lecca SFI S/A | (541) | (2.366) |
| Redfactor Factoring S/A | (15.639) | (16.916) |
| Kobold Fundo Investimento | (1.865) | (11.693) |
| Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A | (689) | (403) |
| SMR Asset | (240) | (3.938) |
| Hope Fomento Mercantil | (1.497) | - |
| FIDC - Fundo Invest Direito Creditorio | (4.391) | - |
| Banco Athena | (10.325) | - |
| Valor | (2.265) | - |
| Grupo Sifra | (3.793) | - |
| LS Interbank | (502) | - |
| Ajuste a valor presente | (146) | (123) |
| PECLD | (5.787) | (5.503) |
| | 7.329 | 2.368 |

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto assim:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| A vencer | 6.324 | 2.300 |
| Vencidas 1 a 30 dias | 666 | 703 |
| Vencidas 31 a 60 dias | 352 | 177 |
| Vencidas 61 a 90 dias | 157 | 59 |
| Vencidas a mais de 90 dias | 5.617 | 4.632 |
| | 13.116 | 7.871 |
| Provisão para devedores duvidosos | (5.787) | (5.503) |
| | 7.329 | 2.368 |

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

| | |
|----------------------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 5.503 |
| (+) Complemento de PCLD | 1.316 |
| (-) Baixas ocorridas | (1.032) |
| Saldo em 31/12/2014 | 5.787 |

6. Estoques

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Matérias-primas e embalagens (a) | 6.728 | 5.526 |
| Produtos em elaboração | 1.943 | 1.660 |
| Produtos acabados (b) | 5.967 | 6.688 |
| Almoxarifado de manutenção e reposição (c) | 2.982 | 2.882 |
| Importações em andamento | 2.716 | 3.594 |
| Estoque próprio em poder de terceiros | 3.039 | 341 |
| Estoque de terceiros (d) | 3.031 | 3.025 |
| Catalisadores | 310 | 462 |
| Outros estoques | 1.166 | 498 |
| (-) Provisão p/perdas (e) | (2.818) | (2.889) |
| | 25.064 | 21.787 |

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por metanol, residuo ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições de alta rotatividade para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros consumíveis;
- (d) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais;
- (e) Do montante provisionado como perda em estoques o valor de R\$2.631 representam perda com itens obsoletos motivados pela operação descontinuada da planta de Benfica no Rio de Janeiro – RJ, destinada à produção de metanol e dimetiléter (DME), que teve seu processo interrompido em 30 de setembro de 2013 , o restante no valor de R\$187 refere-se a Apolo Tubos.

7. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|------------|---------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| PIS/COFINS | - | - | 3.248 | 3.413 |
| IPÍ | - | - | 13 | - |
| ICMS (a) | - | - | 11.334 | 9.242 |
| IRPJ e CSLL | - | - | 6 | 7 |
| IRRF | 3.687 | 3.289 | 6.750 | 4.936 |
| OUTROS | 30 | - | 2.015 | 736 |
| | 3.717 | 3.289 | 23.366 | 18.334 |
| | | | | |
| (-) Circulante | 3.687 | 3.289 | 22.390 | 17.397 |
| Não circulante | 30 | - | 976 | 937 |

(a) Na controlada GPC Química S.A. (unidade de Uberaba), o saldo credor acumulado de ICMS refere-se a insumos adquiridos fora do Estado de MG, com créditos de 12% decorrente das vendas realizadas ao cliente Duratex S.A. Com o objetivo de compensar o saldo acumulado de ICMS, *durante o ano de 2012* a Companhia solicitou ao Orgão Estadual de Minas Gerais a autorização para usar os créditos acumulados na compra de novos caminhões. Em 04 de setembro de 2014 a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais deferiu o regime especial para a compra de dois caminhões no valor de R\$ 384 como demonstrado na nota (9) e em 31 de dezembro de 2014 o saldo acumulado desta unidade é de R\$ 890.

Existem ainda R\$181 referente ao site de ARA e R\$988 de ICMS a recuperar referentes ao site de Benfica.

A Controlada Apolo Tubos apresenta em seu balanço saldo de ICMS a recuperar na ordem de R\$9.275 em 31 de dezembro de 2014.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

8. Direitos a realizar (consolidado)

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Valores classificados no ativo circulante | | |
| Créditos a receber com a União Federal (a) | 2.310 | 1.939 |
| Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a) | 1.649 | 1.649 |
| | 3.959 | 3.588 |
| Valores classificados no realizável a longo prazo | | |
| Créditos a receber com a União Federal (a) | 11.551 | 11.635 |
| Créditos a receber – Polwax (b) | 2.170 | 2.170 |
| Compensados LFPP Ltda | 1.651 | 1.651 |
| Servatis S/A | 970 | 970 |
| Créditos Guaxupé (c) | 42.341 | 38.177 |
| Créditos MC Kinley (c) | 16.189 | 29.341 |
| | 74.872 | 83.944 |
| (-) Provisão para perdas (b) | (2.170) | (2.170) |
| | 72.702 | 81.774 |

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente. Até 31 de dezembro de 2014 foram recebidas quatro parcelas referentes aos créditos da União Federal, o saldo existente corresponde a seis parcelas de R\$ 2.310 (cinco parcelas no longo prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a Companhia recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564;
- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) A Controlada GPC Química S.A., adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”) e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em 31 de dezembro de 2013, os pedidos de compensação ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009 (com a redação dada pela Lei Federal 12.865/2013), a Companhia decidiu incluir os débitos objeto de compensação no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Dessa forma, à Administração da Companhia optou por reconstituir aos seus ativos, os direitos creditórios contra a União nos montantes atualizados até 31 de dezembro de 2013, de R\$ 29.341 mil e R\$ 38.177 mil, os quais serão objeto de execução judicial através de petição apresentada nos próprios autos dos processos originários, e após o recebimento dessa petição, o Juiz federal determinará a manifestação da União Federal. Em 18 de julho de 2014 a Administração da Companhia, realizou a execução processual dos créditos oriundos de “Guaxupé”, e aguarda a orientação de seus Assessores Legais para a execução dos créditos referentes à “McKinley”, com expectativa para o 1º trimestre de 2015, de modo a resultar na expedição de precatório judicial.

A Administração da Companhia considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 30 de setembro de 2014. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

Em setembro de 2014 a Secretaria da Receita Federal reconheceu o direito da GPC Química referente a parte dos créditos adquiridos da MC Kinley, homologando as compensações de diversos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O valor corrigido foi de R\$10.156 onde R\$ 9.053 foram utilizados para abater os débitos que haviam entrado no Refis e o saldo de R\$1.103, foi transferido para conta de Impostos a recuperar. Em novembro de 2014 foi revertido o valor de R\$ 4.497 referente a correção feita a maior.

Conforme mencionado na nota explicativa nº16 os débitos objetos da compensação foram excluídos do Refis IV (reabertura).

9. Bens destinados a venda

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013, o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.485, apresentado como bens destinados a venda, será revertido para pagamento dos credores constantes no citado plano de recuperação.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido de R\$ 655.

Em agosto de 2014 a controlada Apolo Tubos alienou um terreno de sua propriedade localizado em Curicica-RJ pelo valor de R\$1.000. A eficácia da venda está sujeita a condição suspensiva, pois depende de autorização do juízo da 7ª Vara Empresarial de Justiça do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2014 foi alienado por R\$ 11.265 o terreno localizado em Gravataí, conforme contrato de compra e venda assinado em 15 de outubro de 2014 o qual possuía valor de custo de R\$ 2.090. A alienação foi autorizada pelo juízo da sétima vara empresarial da comarca do Rio de Janeiro em dezembro de 2014.

| COMPOSIÇÃO DOS BENS DESTINADOS A VENDA | | | | |
|---|----------------------------|----------------------|---------------------|----------------|
| | Rio de Janeiro - RJ | Gravataí - RS | Uberaba - MG | Total |
| Saldo final em 31/12/2013 | 205.485 | 2.090 | 1.683 | 209.258 |
| (-) Venda de um caminhão | - | - | (305) | (305) |
| (+) Compra de 2 Caminhões | | | 384 | 384 |
| (-) Renegociação Fretes | - | - | (1.107) | (1.107) |
| (+) Gastos com Venda terreno Benfica | 258 | - | - | 258 |
| (-) Venda terreno Gravataí | - | (2.090) | | (2.090) |
| Saldo final em 31/12/2014 | 205.743 | - | 655 | 206.398 |

10. Investimentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Participações em empresas controladas | 57.511 | 75.998 | - | - |
| Participações em empresas coligadas | | | | |
| Syntax Com. Import. e Exportação Ltda | - | - | 489 | 451 |
| Metanor - Metanol do Nordeste | - | - | 24.423 | 22.340 |
| Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste | - | - | 190 | 176 |
| Apolo Tubular's | - | - | 89.327 | 80.113 |
| | 57.511 | 75.998 | 114.429 | 103.080 |

- (a) As Demonstrações contábeis referentes ao Período findo de 31 de dezembro de 2014 da Metanor, Copenor e Apolo Tubular's, foram examinadas por outros auditores independentes.

a) Mutações nos investimentos durante o período

| | 2014 | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| | Apolo Tubos e Equipamentos S/A | GPC Química S.A. | Metanor S.A. Metanol do Nordeste | Companhia Petroquímica do Nordeste |
| Saldo em 31/12/2013 | 5.856 | 59.626 | 10.509 | 7 |
| Equivalência patrimonial (Resultado) | (6.118) | (10.399) | 1.311 | - |
| Outros resultados abrangentes | - | (3.542) | - | - |
| Passivo a descoberto Apolo Tubos (*) | 262 | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2014 | - | 45.685 | 11.820 | 7 |

(*) O valor de R\$ 262 representa o Passivo a descoberto da Apolo Tubos e está registrado em nosso passivo na rubrica de outras contas.

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2014

| | Apolo Tubos e Equipamentos S.A. | GPC Química S.A. | Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste |
|--|---------------------------------|------------------|--|
| Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares) | | | |
| Ações ordinárias | 38.394 | 1.705.891 | 48.884 |
| Ações preferenciais | - | - | 84.968 |
| Capital social | 27.974 | 55.261 | 67.425 |
| Patrimônio líquido | (465) | 57.995 | 54.511 |
| Prejuízo do período | (10.885) | (11.463) | 4.608 |
| Percentual de participação (%) | 56,21 | 90,72 | 28,44 |
| Resultado de equivalência patrimonial do período | (6.118) | (10.399) | 1.311 |

b.1 Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB) e a fabricação de formol.

A Companhia possui uma unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME). Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Adicionalmente, possui três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária tendo em vista a crescente demanda nesta região. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas.

b.2 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

A controlada que tem por objetivo a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Sua unidade fabril está localizada na Pavuna - Rio de Janeiro e sua controlada Apolo Tubulars S.A. em Lorena - São Paulo. As duas plantas possuem uma capacidade instalada de produção de 200.000 toneladas/ano.

Em novembro de 2006, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A., vendeu parte de sua participação acionária na Apolo Mecânica e Estruturas Ltda. para a US Steel Corporation. Apolo Mecânica passou a se chamar Apolo Tubulars S.A.

Os recursos aportados pela US Steel Corporation foram utilizados na aquisição de novos equipamentos, no aprimoramento e na adequação em geral da unidade industrial, melhorando, em consequência, sua capacidade de produzir tubos soldados destinados à produção, exploração e condução de petróleo e gás.

A “Joint Venture” constituída é uma decorrência natural do sucesso da aliança comercial estratégica firmada entre Apolo e US Steel Corporation para o fornecimento de tubos ao mercado norte-americano. Com os novos investimentos a Apolo Tubulars fica integralmente capacitada a participar do crescente mercado de fornecimento de tubos à indústria de petróleo e gás, especialmente no Brasil e na América do Sul. Além disso,

o acesso da Empresa ao mercado norte-americano continua via a aliança, que permanece em vigor assegurando à US Steel Corporation direitos exclusivos de comercialização dos produtos da Apolo Tubulars na América do Norte.

O principal cliente da Companhia é a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (concentrando aproximadamente 77% de suas operações em relação ao faturamento total), que são realizadas por meio de contrato.

Em 31 de dezembro de 2014 a Apolo Tubulars, mantém registrado o montante de R\$ 14.883, relativos a prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social não utilizados. O estudo que demonstra a disponibilidade de lucros tributáveis nos próximos exercícios, considera a obtenção de receitas de novos contratos, bem como a renovação dos contratos com a Petrobrás S.A..

Adicionalmente a Apolo Tubulars mantém registrado em 31 de dezembro de 2014, “Prêmio de Opções” flexível protegido por SWAP, contratado com a finalidade de eliminação de riscos, no montante de R\$14.469 , atualizado por 100 % do CDI.

b.3 - Informações sobre investimentos em coligada – Metanor e Copenor

Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

11. Imobilizado

| Descrição | Taxa anual de depreciação % | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|-----------------------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Terrenos | | - | - | 6.761 | 6.761 |
| Imóveis | 2 a 8 | 290 | 290 | 26.399 | 37.142 |
| Máquinas/instalações industriais | 5 a 10 | - | - | 173.691 | 171.746 |
| Móveis e utensílios | 10 | 189 | 189 | 2.904 | 2.881 |
| Veículos | 20 | - | - | 850 | 950 |
| Computadores e periféricos | 20 | 83 | 83 | 4.233 | 4.054 |
| Imobilizações em andamento | - | - | - | 8.821 | 8.679 |
| Outros | - | - | - | 754 | 782 |
| | | 562 | 562 | 224.413 | 232.995 |
| Depreciação acumulada | | (297) | (252) | (66.026) | (61.664) |
| | | 265 | 310 | 158.387 | 171.331 |

| CONTROLADORA | | | | |
|--|----------------------------|---------------------|----------------------------|--------------|
| Custo do Imobilizado bruto | Edificações e Benfeitorias | Móveis e Utensílios | Equipamentos de Computação | Total |
| Saldo em 31/12/2013 | 290 | 189 | 83 | 562 |
| Aquisições | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2014 | 290 | 189 | 83 | 562 |
| Depreciação e perda por redução ao valor recuperável | Edificações e Benfeitorias | Móveis e Utensílios | Equipamentos de Computação | Total |
| Saldo em 31/12/2013 | (65) | (128) | (59) | (252) |
| Depreciação no Período | (29) | (9) | (7) | (45) |
| Saldo em 31/12/2014 | (94) | (137) | (66) | (297) |
| Valor Líquido | | | | |
| Em 31 de dezembro 2014 | 196 | 52 | 17 | 265 |
| Em 31 de dezembro 2013 | 225 | 61 | 24 | 310 |

| CONSOLIDADO | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|----------------------------|--------------|--------------|--------------------|-----------------|
| Custo do Imobilizado bruto | Edificações e Benfeitorias | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Veículos | Equipamentos de Computação | Outros | Terrenos | Obras em Andamento | Total |
| Saldo em 31/12/2013 | 37.142 | 171.746 | 2.881 | 950 | 4.054 | 782 | 6.761 | 8.679 | 232.995 |
| Aquisições | 409 | 877 | 23 | - | 179 | 17 | - | 1.332 | 2.837 |
| Baixas | (11.227) | - | - | (100) | - | - | - | (92) | (11.419) |
| Transferências (a) | 75 | 1.068 | - | - | - | (45) | - | (1.098) | - |
| Saldo em 31/12/2014 | 26.399 | 173.691 | 2.904 | 850 | 4.233 | 754 | 6.761 | 8.821 | 224.413 |
| Depreciação e perda por redução ao valor recuperável | | | | | | | | | |
| Depreciação e perda por redução ao valor recuperável | Edificações e Benfeitorias | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Veículos | Equipamentos de Computação | Outros | Terrenos | Obras em Andamento | Total |
| Saldo em 31/12/2013 | (9.270) | (45.259) | (2.522) | (648) | (3.636) | (329) | - | - | (61.664) |
| Depreciação no Período | (1.059) | (6.853) | (46) | (61) | (213) | (16) | - | - | (8.248) |
| Juros s/obras em andamento | - | (324) | - | - | - | - | - | - | (324) |
| Baixas | 4.210 | - | - | - | - | - | - | - | 4.210 |
| Saldo em 31/12/2014 | (6.119) | (52.436) | (2.568) | (709) | (3.849) | (345) | - | - | (66.026) |
| Valor Líquido | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro 2014 | 20.280 | 121.255 | 336 | 141 | 384 | 409 | 6.761 | 8.821 | 158.387 |
| Em 31 de dezembro 2013 | 27.872 | 126.487 | 359 | 302 | 418 | 453 | 6.761 | 8.679 | 171.331 |

(a) A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 123.033, líquido de depreciação no valor de R\$62.990, como provisão para operação descontinuada, como segue:

12. Intangível

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Ágio oriundo de reestruturação societária | - | - | 30.121 | 30.121 |
| Marcas e patentes | - | - | 259 | 259 |
| Licença de uso de tecnologia | - | - | 948 | 939 |
| Outros | 1 | 1 | 238 | 239 |
| Amortização acumulada | - | - | (30.738) | (30.735) |
| | <u>1</u> | <u>1</u> | <u>828</u> | <u>823</u> |

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 1.546 como provisão para operação descontinuada, conforme mencionado na Nota explicativa nº 11.

13. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|------------|--------------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Fornecedores Nacionais | 371 | 385 | 58.669 | 52.659 |
| Fornecedores Estrangeiros | - | - | 5.931 | 4.924 |
| | 371 | 385 | 64.600 | 57.583 |

Em 31 de dezembro de 2014 os principais fornecedores nacionais são: Araucária Nitrogenados S.A.(R\$7.783); Heringer S.A.(R\$4.654); Unifertil S.A.(R\$2.771); Haztec S.A. (R\$2.856), Rhodia Polia (R\$859), Adubos Trevo (R\$1.269); Methanex (R\$3.630) na GPC Química ,Lansa (R\$12.808) e Manetoni (R\$5.835) na Apolo Tubos.

14. Empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------|--------------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Em moeda nacional - são indexados pela TR + 3% a.a. em função da recuperação Judicial. (Concursais) | 35.674 | 34.346 | 172.925 | 189.890 |
| Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 6,17% a.a. (Extraconcursais) | - | - | 17.071 | 6.072 |
| Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. | 23.906 | 21.498 | 29.971 | 27.344 |
| Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais juros que variam de 7,30% a 13% a.a. (Extraconcursais) | - | - | 5.816 | 10.732 |
| | 59.580 | 55.844 | 225.783 | 234.038 |
| Circulante | 58.580 | 36.811 | 174.670 | 155.888 |
| Não Circulante | 1.000 | 19.033 | 51.113 | 78.150 |

Algumas instituições financeiras relacionadas no Plano de Recuperação Judicial apresentaram saldos divergentes dos registrados contabilmente pela

Companhia, à equalização dessas diferenças se dará no decorrer do processo da Recuperação Judicial.

Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Em função da aprovação do Plano de recuperação Judicial mencionado, os empréstimos em moeda nacional dos credores concursais passaram a ser corrigidos pela TR + 3% a.a. Os demais empréstimos em moeda nacional extraconcursais são corrigidos pela CDI + juros que variam entre 3% a 6,17% a.a.

O endividamento dos credores relacionados no Plano de Recuperação Judicial será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no plano.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

| Em moeda Nacional (Concursais) | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Banco Prosper - CCB's | 35.674 | 34.346 |
| Banco Bic Banco | 3.020 | 3.093 |
| Banco Cruzeiro do Sul | 2.462 | 2.371 |
| Banco Itaú | - | 7.061 |
| Blackwood Miruna Fundo de Investimentos | 7.333 | - |
| Banco Safra (a) | 1.433 | 5.494 |
| Banco Santander | 42.399 | 40.829 |
| Banco Panamericano (a) | 4.948 | 12.961 |
| Banco Banrisul | 14.374 | 13.842 |
| Caixa Economica Federal | 12.767 | 12.294 |
| Banco Daycoval | 1.796 | 303 |
| Banco Fibra | 10.674 | 10.278 |
| Banco Indusval | 2.418 | 2.328 |
| Banco BBM (a) | 4.777 | 14.359 |
| Banco Intercape | 594 | 572 |
| Banco HSBC | 20.591 | 19.829 |
| Outros | 7.665 | 9.930 |
| Total | 172.925 | 189.890 |

(a) Houve uma redução na linha de empréstimos em virtude dos valores revertidos em nosso favor, referentes aos bancos: Panamericano, Safra e BBM, valores estes anteriormente registrados na conta de "Bancos Contas Vinculadas" que reduziu na mesma proporção, conforme nota 4.1.

Em moeda Nacional (Extraconcursais) 31/12/2014 31/12/2013

| | | |
|------------------------|---------------|-------|
| Banco Bic Banco | 2.818 | 3.418 |
| Banco Daycoval | 949 | 2.654 |
| Banco Panamericano (a) | 3.158 | - |
| Banco BBM (a) | 2.618 | - |
| BSPAR | 973 | - |
| Banco Safra (a) | 1.503 | - |
| SRM Asset | 1.342 | - |
| Athena Banco | 2.200 | - |
| Grupo Sifra | 1.000 | - |
| Grupo Valor | 511 | - |
| Total | 17.071 | 6.072 |

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Estrangeira (Concursais) 31/12/2014 31/12/2013

| | | |
|---------------------|---------------|--------|
| Banco HSBC - Finimp | 6.065 | 5.846 |
| IFC | 23.906 | 21.498 |
| Total | 29.971 | 27.344 |

Estrangeira (Extraconcursais) 31/12/2014 31/12/2013

| | | |
|-----------------------|--------------|--------|
| Banco do Brasil (ACC) | 3.638 | 5.959 |
| Banco Cargil S/A | 2.178 | 4.773 |
| Total | 5.816 | 10.732 |

ACC

Em 28 de fevereiro de 2012 a Controlada Apolo Tubos celebrou contratos de ACC no valor de US\$ 3.500 com o Banco do Brasil indexado pela variação cambial mais 13% ao ano originalmente com vencimentos em 26 de março de 2013. Este contrato vem sendo renovado periodicamente e o saldo em 30 de dezembro de 2014 era de US\$ 1.370. Em abril de 2012, a Companhia celebrou ACC no valor de US\$ 3.000 com o Banco Cargill, sujeito à variação cambial mais 7,30% ao ano com vencimento previsto para abril de 2013 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 era de US\$ 820.

FINIMP

Em agosto de 2012, a Companhia obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. Esses recursos foram totalmente tomados e utilizados para quitação de financiamentos de importações, alongando o prazo destas operações em até 180 dias e reduzindo o custo financeiro.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. contrataram, em agosto de 2001, empréstimo com o IFC no valor de US\$ 35 milhões, sendo US\$ 9 milhões destinados à Companhia, US\$ 8 milhões à Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e US\$ 18 milhões à GPC Química S.A. Em 31 de dezembro de 2014 a dívida contra o IFC, corresponde tão somente a contratada pela Controladora.

Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as instalações industriais da unidade de metanol da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

| | |
|----------------------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 21.498 |
| Variação cambial | 2.408 |
| Saldo em 31/12/2014 | 23.906 |

15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

| | Controladora | | | Consolidado | | | |
|------------------------------|--------------|---------|------------|-------------|---------|------------|------------|
| | 31/12/2013 | Adições | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Adições | Utilização | 31/12/2014 |
| Trabalhista e Previdenciário | - | - | - | 989 | 1.584 | - | 2.573 |
| IPI | - | - | - | 849 | - | - | 849 |
| Pis | 781 | - | 781 | 7.136 | 672 | - | 7.808 |
| Cofins | 3.599 | - | 3.599 | 32.883 | 3.098 | - | 35.981 |
| Outros | 55 | - | 55 | 3.554 | 164 | (194) | 3.524 |
| | 4.435 | - | 4.435 | 45.411 | 5.518 | (194) | 50.735 |

Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|--------------------------------|--------------|------------|-------------|---------|-----------|------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Adições | Reversões | 31/12/2014 |
| Trabalhistas e Previdenciários | 74 | 74 | 1.389 | 27 | - | 1.416 |
| Pis | 782 | 782 | 7.260 | 631 | - | 7.891 |
| Cofins | 3.601 | 3.601 | 33.419 | 2.926 | - | 36.345 |
| Outros | - | - | 4.634 | 649 | (356) | 4.927 |
| Ativo não circulante | 4.457 | 4.457 | 46.702 | 4.233 | (356) | 50.579 |

Natureza dos casos

Processos trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2014 possui o montante de R\$ 2.223

(consolidado) de casos considerados possíveis de perda, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2014 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2014 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores mensais são depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 39.854 até 31 de dezembro de 2014.

15.1 – Passivos contingentes – Perda possível

| Natureza | Probabilidades de Perda |
|-------------|-------------------------|
| | Possível |
| Trabalhista | 8.935 |
| Cível | 18.786 |
| Tributária | 53.465 |
| | 81.186 |

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamationes trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a alto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando a execução de multa por descumprimento contratual.

16. Impostos e taxas a recolher

Impostos parcelados

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Impostos parcelados | | | | |
| PIS | - | - | - | 1.689 |
| COFINS | - | - | - | 7.390 |
| Imposto de Renda | - | 748 | - | 859 |
| Contribuição Social | - | 285 | - | 1.468 |
| IPI | - | - | - | 30.641 |
| INSS | 128 | 131 | 128 | 8.107 |
| Total de Parcelamentos Ordinários Federais | 128 | 1.164 | 128 | 50.154 |
| ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a) | - | - | 37.722 | 21.521 |
| REFIS (c) | - | - | 28.035 | 27.984 |
| REFIS IV (b) | 1.069 | - | 70.296 | 76.055 |
| REFIS da COPA (d) | 795 | - | 64.315 | - |
| Outros | - | - | 449 | 3.048 |
| | 1.992 | 1.164 | 200.945 | 178.762 |
| Circulante (e) | 243 | 535 | 26.124 | 48.128 |
| Não Circulante | 1.749 | 629 | 174.821 | 130.634 |

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ 44.78 cujo saldo em dez/14 montam R\$28.584 e 3.155, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.982, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 84 parcelas.
- (b) Conforme mencionado na Nota 8 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley, reduzindo o seu passivo.

| | <u>GPC Participações</u> | <u>GPC Química S.A.</u> | <u>Apolo Tubos S.A.</u> | <u>Total</u> |
|---|--------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|
| Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura) | - | 59.514 | 3.752 | 63.266 |
| Previsão de utilização de prejuízo fiscal | - | - | 2.212 | 2.212 |
| (-) Pagamento das parcelas Dez/2013 | - | - | (21) | (21) |
| Saldo em 31/12/2013 | - | 59.514 | 5.943 | 65.457 |
| Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura) | 1.039 | - | - | 1.039 |
| (+) Atualização selic ano 2014 | 47 | 6.146 | 378 | 6.571 |
| (-) Pagamento das parcelas ano 2014 | (35) | (4.520) | (262) | (4.817) |
| (+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas | 18 | 2.027 | - | 2.045 |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>1.069</u> | <u>63.168</u> | <u>6.059</u> | <u>70.296</u> |

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2014:

| | <u>GPC Química S.A.</u> | <u>Apolo Tubos S.A.</u> | <u>Total</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| Débito consolidado conf. Lei 11.941/09 | 38.673 | 32.158 | 70.831 |
| Juros até a consolidação em Jun/11 | 2.105 | 3.274 | 5.379 |
| (-) Utilização de Prejuízo Fiscal (25% de R\$ 65.968) | (16.492) | (12.302) | (28.794) |
| (-) Utilização de Base Negativa (9% de R\$ 13.810) | (1.243) | - | (1.243) |
| (+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11 | 659 | 1.025 | 1.684 |
| (-) Antecipações pagas | (7.957) | (72) | (8.029) |
| (-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11 | (3.324) | (1.166) | (4.490) |
| Saldo em 31/12/2011 | <u>12.421</u> | <u>22.917</u> | <u>35.338</u> |
| (+) Atualização selic ano 2012 | 730 | 1.552 | 2.282 |
| (-) Pagamento das parcelas ano 2012 | (4.755) | (1.871) | (6.626) |
| Saldo em 31/12/2012 | <u>8.396</u> | <u>22.598</u> | <u>30.994</u> |
| (+) Atualização selic de Jan/13 a Dez/13 | 359 | 1.275 | 1.634 |
| (-) Pagamento das parcelas de Jan/13 a Dez/13 | (2.663) | (1.981) | (4.644) |
| Saldo em 31/12/2013 | <u>6.092</u> | <u>21.892</u> | <u>27.984</u> |
| (+) Atualização selic de Jan/14 a Dez/14 | 616 | 1.551 | 2.167 |
| (-) Pagamento das parcelas de Jan/14 a Dez/14 | - | (2.116) | (2.116) |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>6.708</u> | <u>21.327</u> | <u>28.035</u> |

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento, será pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2014:

| | <u>GPC Participações</u> | <u>GPC Química S.A.</u> | <u>Apolo Tubos S.A.</u> | <u>Total</u> |
|--|--------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|
| Débito incluídos conf. Lei 12.996/14 (Refis da Copa) | 783 | 57.124 | 4.400 | 62.307 |
| Previsão de utilização de prejuízo fiscal | - | - | 858 | 858 |
| (+) Atualização selic ano 2014 | 29 | 2.038 | 193 | 2.260 |
| (-) Pagamento das parcelas ano 2014 | (22) | (1.241) | (156) | (1.419) |
| (+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas | 5 | 304 | - | 309 |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>795</u> | <u>58.225</u> | <u>5.295</u> | <u>64.315</u> |

- (e) Os valores de R\$26.123 em 31 de dezembro de 2014 e R\$48.128 em 31 de dezembro de 2013 são referentes à parcela de curto prazo encontram-se classificados no passivo circulante, na rubrica “Impostos e taxas a recolher”.

Impostos correntes e não parcelados

Conforme mencionado no item (d), os débitos vencidos até 31/12/2013 foram incluídos no Refis disciplinado pela Lei 12.996/14. Os tributos vencidos no período de Janeiro a Dezembro de 2014 da controlada GPC Química S/A, são compostos conforme abaixo:

| | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--------|----------------------|-------------------|
| Cofins | 3.573 | 2.870 |
| Icms | - | 15.337 |
| Inss | 4.794 | 2.265 |
| Ipi | 13.330 | 12.199 |
| Pis | 776 | 490 |
| Outros | 66 | 15 |
| | <u>22.539</u> | <u>33.176</u> |

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

17.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Prejuízos fiscais a compensar | 233.693 | 257.681 |
| Provisões para perdas de ativos | - | 6.398 |
| Parcela não constituída | (64.556) | (94.944) |
| Base de cálculo | 169.137 | 169.135 |
| Alíquota | 25% | 25% |
| Crédito tributário - imposto de renda (1) | 42.285 | 42.285 |
| Base negativa de contribuição social | 285.941 | 309.929 |
| Provisões para perdas de ativos | - | 6.398 |
| Parcela não constituída | (64.556) | (94.944) |
| Base de cálculo | 221.385 | 221.383 |
| Alíquota | 9% | 9% |
| Crédito tributário - contribuição social (2) | 19.924 | 19.924 |
| Total dos créditos tributários (1) + (2) | 62.209 | 62.209 |

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A controlada GPC Química S.A. conforme aprovado pela Secretaria da Receita Federal utilizou parte do seu prejuízo fiscal - R\$65.968 e base negativa de contribuição social - R\$13.810 para amortizar o parcelamento do Refis consolidado em Junho de 2011. Desta forma, a Administração da controlada com base no estudo econômico anteriormente aprovado revisou os impostos diferidos ativos com base no prejuízo fiscal e base negativa ajustados e registrou a parcela não constituída no montante de R\$28 milhões.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

| Consolidado | | |
|-------------|------------------|---------------------|
| Ano | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Até 2010 | 40.052 | 92.299 |
| 2011 | 24.117 | 24.117 |
| 2012 | 56.997 | 56.997 |
| 2013 | 87.399 | 87.399 |
| 2014 | 25.128 | 25.129 |
| | 233.693 | 285.941 |

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2015.

| Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa | |
|--|---------------|
| 2015 | 29.786 |
| 2016 | 1.011 |
| 2017 | 2.557 |
| 2018 | 3.665 |
| 2019 | 3.689 |
| 2020 | 3.573 |
| Após 2020 | 17.928 |
| | 62.209 |

A Companhia recentemente aderiu ao Refis e utilizará parte destes créditos para amortizar a dívida existente junto à Receita Federal.

17.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no período.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|--------------|------------|-------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Contribuição social: | | | | |
| Corrente | - | - | - | - |
| Diferida | 259 | 235 | 259 | (12.218) |
| | 259 | 235 | 259 | (12.218) |
| Imposto de renda: | | | | |
| Corrente | - | - | - | - |
| Diferido | 720 | 654 | 719 | (33.956) |
| | 720 | 654 | 719 | (33.956) |

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no período:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação | (21.164) | (93.803) | (26.994) | 59.171 |
| Alíquotas oficiais | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Encargos sobre: | | | | |
| Alíquotas oficiais | 7.196 | 31.893 | 9.178 | (20.118) |
| Equivalência patrimonial | (5.170) | (28.681) | (2.433) | 361 |
| Reversão de provisões | - | - | (1.597) | 70.529 |
| Ganho (perda) Variação Cambial | (959) | (889) | (1.081) | (1.493) |
| Outros ajustes | (6) | (301) | (967) | (9.334) |
| Outras exclusões | - | 5 | - | 310 |
| Constituição (reversão) sobre créditos tributários | (82) | (1.138) | (2.122) | (86.429) |
| Resultado no período | 979 | 889 | 978 | (46.174) |

17.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| <u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u> | | | | |
| Contribuição social | - | - | 28.192 | 28.763 |
| Atualização dos ativos | 48 | 307 | (46) | 174 |
| Variação cambial pelo regime de caixa | | | | |
| | 48 | 307 | 28.146 | 28.937 |
| | | | | |
| Imposto de renda | - | - | 78.313 | 79.897 |
| Atualização dos ativos | 132 | 852 | (113) | 500 |
| Variação cambial pelo regime de caixa | | | | |
| | 132 | 852 | 78.200 | 80.397 |
| | | | | |
| Total | 180 | 1.159 | 106.346 | 109.334 |

17.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

Na Controladora:

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| <u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u> | | |
| Contribuição social | 48 | 307 |
| Imposto de renda | 132 | 852 |
| Total (1) | 180 | 1.159 |
| <u>2 - Impostos diferidos ativos</u> | | |
| Contribuição social | - | - |
| Imposto de renda | - | - |
| Total (2) | - | - |
| Impostos diferidos líquidos (1) + (2) | 180 | 1.159 |
| | | |
| Impostos diferidos líquidos - Passivo Não Circulante | 180 | 1.159 |

No Consolidado:

| | Consolidado | |
|--|-----------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| <u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u> | | |
| Contribuição social | 28.146 | 28.937 |
| Imposto de renda | 78.200 | 80.397 |
| Total (1) | 106.346 | 109.334 |
| <u>2 - Impostos diferidos ativos</u> | | |
| Contribuição social | (19.924) | (19.924) |
| Imposto de renda | (42.285) | (42.285) |
| Total (2) | (62.209) | (62.209) |
| Impostos diferidos líquidos (1) + (2) | 44.137 | 47.125 |
| Impostos diferidos líquidos - Passivo Não Circulante | 44.137 | 47.125 |

17.5. Instrução Normativa No 1.397 e Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014.

A Companhia, orientada pelos seus assessores legais, não optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014 e não espera que sua adoção, em 2015, tenha efeitos relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

| | Controladora | | | | | | | |
|--------------------------------|----------------------|---------------|--------------------|------------|------------------------|---------------|--------------|------------|
| | Ativo não Circulante | | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | | Resultado | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Apolo Tubos e Equipos. S/A (a) | 35.195 | 34.334 | 32 | 11 | - | - | 1.320 | 2.317 |
| GPC Química S/A (b) | - | - | - | - | 15.873 | 12.906 | (2.005) | (1.752) |
| Total | 35.195 | 34.334 | 32 | 11 | 15.873 | 12.906 | (685) | 565 |

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contrato de mútuo com valor de até R\$ 20.000 com a controlada Apolo Tubos que deverá ser quitado até 22 de maio de 2015. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 20.000 vencível contra apresentação. Também durante o ano de 2010 foi celebrado outro contrato de mútuo com valor de R\$ 9.000, nos mesmos moldes do contrato anterior e com vencimento em 21 de dezembro de 2015. O valor transferido atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 33.121 (em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 32.073). Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve novos aportes com contratos de mútuo, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.335 (em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.261). Deste valor está abatido o valor de R\$ 261 referente ao passivo a descoberto da Apolo Tubos.
- b) Os valores de R\$ 15.873 e R\$ 12.906 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a pagar respectivamente correspondem a contrato de mútuo.

No consolidado:

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|------------|----------------------|------------|--------------------|------------|------------------------|------------|------------|------------|
| | Ativo Circulante | | Ativo não Circulante | | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | | Resultado | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Contratos de mútuo (a) | - | - | 11.390 | 11.390 | - | - | - | - | - | - |
| GPC Indústria e Comércio Ltda (e) | - | - | 1.736 | 1.576 | - | - | - | - | 160 | 7 |
| Copenor Cia Petroquímica (c) | - | - | - | - | 6.095 | 6.090 | - | - | - | - |
| Senergen-Energia Renovável S/A (b) | 3.342 | 3.342 | 18.240 | 18.240 | - | - | - | - | - | 181 |
| Apolo Tubular's S/A (d) | - | - | - | - | - | - | 2.230 | 2.149 | (81) | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | 425 | 407 | (18) | - |
| | 3.342 | 3.342 | 31.366 | 31.206 | 6.095 | 6.090 | 2.655 | 2.556 | 61 | 188 |
| (-) Provisão para perdas (a) | - | - | (11.390) | (11.390) | - | - | - | - | - | - |
| (-) Provisão para perdas (b) | (3.342) | (3.342) | (18.240) | (18.240) | - | - | - | - | - | - |
| Total | - | - | 1.736 | 1.576 | 6.095 | 6.090 | 2.655 | 2.556 | 61 | 188 |

- (a) O valor de R\$11.390 refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão por perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores do ativo circulante referem-se mútuo a receber pela GPC Química; e o valor no ativo não circulante refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na

Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240 e provisão para perdas no montante de (18.240), considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.

- (c) O valor de R\$ 6.095 em dezembro de 2014 , R\$ 6.090 em dezembro de 2013 referem-se ao saldo a pagar a Copenor devido pela GPC Química, referente a faturas em aberto, adicionalmente o valor está compondo o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial.
- (d) O valor de R\$ 2.230 em dezembro de 2014 e R\$ 2.149 em dezembro de 2013, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a sua Controlada Apolo Tubos.
- (e) O valor refer-se a contrato de mútuo celebrado entre a GPC Química e a GPC Indústria no montante de R\$ 111 e entre a Apolo Tubos e a GPC Indústria na ordem de R\$ 1.624 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% aa contra R\$ 106 e R\$ 1.470, respectivamente em dezembro de 2013.

18.1. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores ,conselho de administração e Conselho fiscal que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 65 (R\$ 177 em 2013).

| Honorários | Controladora | |
|-----------------|--------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Diretoria | - | 112 |
| Conselho ADM | - | - |
| Conselho Fiscal | 65 | 65 |
| | <u>65</u> | <u>177</u> |

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2014 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.2. Reserva estatutária

De acordo com o estatuto da Companhia, anualmente será constituída uma reserva estatutária, não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a parcela correspondente à reserva legal,

com finalidade de aporte de recursos a empresas em cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Essa reserva não excederá 80% do capital social.

19.3. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2014.

19.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

19.5. Resultado por ação no exercício

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação :

| Apuração do resultado básico por ação | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|--------------------|-------------------|
| Numerador | | |
| Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | (20.185) | (92.914) |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 358.849.702 | 358.849.702 |
| Resultado básico por ação | (0,0562) | (0,2589) |

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

20. Receita líquida no exercício

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| <u>Segmento de metanol (a)</u> | | |
| Receitas de vendas de metanol produzido | - | 8.665 |
| Receitas de vendas de metanol adquirido de terceiros | - | 2.535 |
| | - | 11.200 |
| <u>Segmento de Resinas</u> | | |
| Receita de vendas de particulados | 242.267 | 216.511 |
| Receita de vendas de compensados | 49.924 | 37.624 |
| Receita de vendas de tratamento de pisos | 810 | 9.969 |
| | 293.001 | 264.104 |
| <u>Segmento de tubos de aço</u> | | |
| Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço | 169.815 | 158.017 |
| Outras receita de vendas de diversos produtos | 13.202 | 13.160 |
| Receita bruta de vendas | 476.018 | 446.481 |
| Deduções sobre vendas | | |
| Devoluções de vendas e abatimentos | (8.705) | (909) |
| ICMS sobre vendas | (41.438) | (40.839) |
| PIS e COFINS sobre vendas | (38.205) | (36.805) |
| IPI sobre vendas | (20.182) | (18.646) |
| Receita operacional líquida | 367.488 | 349.282 |

(a) Conforme divulgado na Nota explicativa nº 28

21. Despesas por natureza

| Classificação por natureza | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| CPV | - | - | (316.303) | (312.336) |
| Custos Variáveis | - | - | (267.506) | (250.268) |
| Custos Fixos | - | - | (41.293) | (47.734) |
| Depreciação e Amortização | - | - | (7.504) | (14.334) |
| Despesas com vendas | - | - | (28.256) | (26.735) |
| Pessoal | - | - | (5.336) | (6.449) |
| Frete | - | - | (15.541) | (12.176) |
| Comissões | - | - | (3.825) | (3.819) |
| Outras | - | - | (3.555) | (4.291) |
| Despesas Gerais e Adm | (911) | (2.745) | (34.422) | (40.675) |
| Pessoal | (153) | (1.068) | (11.499) | (14.534) |
| Depreciação e amortização | (45) | (45) | (619) | (7.982) |
| Outras | (713) | (1.632) | (22.304) | (18.159) |
| Remuneração de capital de terceiros | (5.516) | (5.866) | (38.570) | (70.449) |
| Outras receitas e despesas | 469 | (836) | 11.719 | 155.733 |
| Total | (5.958) | (9.447) | (405.832) | (294.462) |
| Classificação por função | Controladora | | Consolidado | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Custo dos produtos vendidos | - | - | (316.303) | (312.336) |
| Despesas com vendas | - | - | (28.256) | (26.735) |
| Despesas gerais e administrativas | (911) | (2.745) | (34.422) | (40.675) |
| Resultado financeiro líquido | (5.516) | (5.866) | (38.570) | (70.449) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 469 | (836) | 11.719 | 155.733 |
| | (5.958) | (9.447) | (405.832) | (294.462) |

22. Resultado financeiro no exercício

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros | (4.190) | (5.579) | (41.955) | (62.831) |
| Variações monetárias passivas | - | - | (3.031) | (1.952) |
| Variações cambiais passivas | (5.175) | (4.987) | (10.201) | (10.954) |
| Outros | (130) | (203) | (2.052) | (3.167) |
| | (9.495) | (10.769) | (57.239) | (78.904) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros | 1.320 | 2.317 | 4.893 | 1.156 |
| Variações monetárias ativas | 306 | 246 | 5.185 | 274 |
| Variações cambiais ativas | 2.353 | 2.326 | 5.742 | 5.781 |
| Outros | - | 14 | 2.849 | 1.243 |
| | 3.979 | 4.903 | 18.669 | 8.455 |
| Resultado financeiro líquido | (5.516) | (5.866) | (38.570) | (70.449) |

23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício

| | Consolidado | |
|---|---------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Credito presumido de ICMS (c) | 8.867 | 4.214 |
| Ganho/Perda na alienação do imobilizado | (6) | (647) |
| Ganho/Perda na alienação de investimento | - | (1.631) |
| Penalidades CCEE (multa) | (684) | - |
| Execução sentença c/fazenda - RS | (842) | - |
| Nota de débito Apolo Tubular's | - | (1.365) |
| Ganho Refis | 5.698 | 5.865 |
| Baixa IPTU 2004 | 2.452 | - |
| Despesa com ociosidade (a) | (2.268) | (8.519) |
| Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa | (457) | (248) |
| Compensação INSS (Folha) | - | 3.365 |
| Provisão/reversão para contingências | (1.585) | (157) |
| Multa sobre impostos (b) | (3.463) | (5.724) |
| Perda dívida Contraída | - | 2.276 |
| Perda AFAC Senergem | - | (9.867) |
| Perda Mutuo Senergem | - | (3.342) |
| Perda Invest Suconor | - | (1.679) |
| Perda Invest Finor | (403) | - |
| Ganho Líquido venda terreno/construções - GRV (d) | 8.072 | - |
| Ajuste valor Mercado (Terreno - Benfica) | - | 174.662 |
| Creditos Guaxupe e MC Kinley | (1.901) | 52.856 |
| Inclusão débitos Refis IV | - | (49.532) |
| Perda com itens obsoletos (Benfica) | - | (2.631) |
| Baixa IRRF | (106) | (839) |
| Outras Líquidas | (1.655) | (1.324) |
| | 11.719 | 155.733 |

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontra desativada;(nota 28)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A.:(nota 16)
- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Refere-se ao ganho líquido referente a alienação do terreno e das construções de Gravataí conforme mencionado na Nota 9.

24. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no exercício de 2014 foi de R\$ 48, valor este semelhante ao do mesmo exercício de 2013. Não há passivos futuros a apropriar.

25. Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$2,00 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2014. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade para 31 de dezembro de 2014.

| Contrapartes | Dívida em dólares americanos | Dívida em reais em 31 de dezembro de 2014 | Cenário I - Expectativa | Cenário II - Dólar Futuro - BM&F |
|---------------------|-------------------------------------|--|--------------------------------|---|
| Moeda estrangeira | 2.190 | 5.816 | 4.379 | 3.876 |
| IFC | 11.283 | 29.971 | 22.567 | 19.972 |
| | 13.473 | 35.787 | 26.946 | 23.847 |
| Efeito no resultado | | | 8.841 | 11.940 |
| Taxas utilizadas | | 2,66 | 2,00 | 1,77 |

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

| | Cenário provável | | Cenário possível | | Cenário remoto | |
|---------------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | TJLP % a.a | CDI % a.a | TJLP % a.a | CDI % a.a | TJLP % a.a | CDI % a.a |
| | 6,00 | 11,60 | 7,500 | 14,498 | 9,000 | 17,397 |
| Posição 31/12/2014 | Operação | Risco | Provável | Possível | Remoto | |
| 189.996 | Emp. e Financiamentos | Alta da TJLP | 189.996 | 237.495 | 284.994 | |
| 35.787 | Emp. e Financiamentos | Alta do CDI | 35.787 | 44.734 | 53.681 | |

26. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

| | Risco coberto | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucros cessantes | Incêndio, furto | 131.489 | 131.489 |
| Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados | Incêndio | 629.822 | 629.822 |
| Veículos | Colisão, responsabilidade civil | 5.650 | 5.700 |
| Responsabilidade civil | Civil | 23.000 | 29.500 |
| Acidentes pessoais | Danos pessoais | 13.076 | 14.526 |
| | | 803.036 | 811.037 |

27. LAJIDA/EBITDA no exercício

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias | (26.016) | (111.580) |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | (978) | 46.174 |
| (+) Despesas financeiras | 57.239 | 78.904 |
| (-) Receitas financeiras | (18.669) | (8.455) |
| (+) Depreciações e amortizações | 8.134 | 22.344 |
| LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12 | 19.710 | 27.387 |
| (-) Equivalência patrimonial | (11.349) | (4.350) |
| Outras Receitas/Despesas não recorrentes | | |
| (-) Ajuste a valor de mercado de bens destinados a venda | - | (174.662) |
| (+) Provisão para perdas em investimentos | - | 16.520 |
| (+) Reversão Créditos MC Kinley | 1.900 | - |
| (-) Reconhecimento de créditos MC Kinley e Guaxupé | - | (52.856) |
| (+) Operação descontinuada | - | 124.577 |
| (-) Ganho Refis | (7.704) | 44.148 |
| (-) Ganho IPTU | (2.225) | - |
| (+) ICMS s/ND Apolo Tubular's/Wobben | - | 1.365 |
| (+) Multa sobre impostos | 4.139 | 7.712 |
| (+) Refis Estadual | 2.118 | - |
| (-) Ganho com a venda do Terreno - GRV | (8.065) | - |
| LAJIDA (EBITDA) ajustado | (1.476) | (10.160) |
| LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas | (0,40%) | -2,91% |

28. Informações por segmento

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou os entendimentos previstos pelos Códigos de Pronunciamento Contábeis 19 (Revisão 2) e 36 (Revisão 3) - CPCs 19 e 36, os quais alteraram as práticas de consolidação das contas patrimoniais e de resultado. A partir desta data, passaram a ser consolidados pela Companhia apenas as contas patrimoniais e de resultado das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A., sendo as demais investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas nas Notas 1 e 10.

As informações dos segmentos da Companhia no período estão incluídas na tabela a seguir:

| | dez-14 | | | | | dez-13 | | | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|------------|-------------------|
| | Segmento Químico | Segmento Tubos | Outros Segmentos | Eliminação | Total Consolidado | Segmento Químico | Segmento Tubos | Outros Segmentos | Eliminação | Total Consolidado |
| Receita Líquida | 239.697 | 127.791 | - | - | 367.488 | 225.417 | 123.865 | - | - | 349.282 |
| Lucro Bruto | 29.594 | 21.591 | - | - | 51.185 | 15.995 | 20.951 | - | - | 36.946 |
| Depreciação e Amortização | (6.428) | (1.661) | (45) | - | (8.134) | (20.510) | (1.789) | (45) | - | (22.344) |
| Lucro (Prejuízo) operacional | (11.372) | (10.975) | (21.164) | 16.518 | (26.994) | 93.414 | (26.117) | (93.803) | 85.676 | 59.171 |
| Lucro (Prejuízo) operação descontinuada | - | - | - | - | - | (124.577) | - | - | - | (124.577) |
| Resultado Financeiro | (21.820) | (11.234) | (11.227) | - | (44.282) | (50.870) | (13.712) | (5.866) | - | (70.449) |
| Prejuízo antes dos impostos | (11.372) | (10.975) | (21.164) | 16.518 | (26.994) | 93.414 | (26.117) | (93.803) | 85.676 | 59.171 |
| IR e CS | (91) | 90 | 979 | - | 977 | (47.154) | 92 | 889 | - | (46.174) |
| Participações | - | - | - | 5.831 | 5.831 | - | - | - | 18.666 | 18.666 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido | (11.463) | (10.885) | (20.185) | 22.348 | (20.185) | (78.317) | (26.026) | (92.914) | 104.342 | (92.914) |
| Ativo Circulante | 255.626 | 30.230 | 3.810 | (225) | 289.441 | 259.195 | 26.868 | 3.414 | (209) | 289.268 |
| Ativo não Circulante | 314.918 | 157.000 | 97.459 | (169.677) | 399.700 | 318.380 | 147.848 | 115.100 | (174.640) | 406.689 |
| Passivo Circulante | 184.328 | 77.854 | 59.667 | (225) | 321.625 | 211.035 | 70.584 | 38.259 | (209) | 319.669 |
| Passivo não Circulante | 386.217 | 109.375 | 41.602 | (169.677) | 367.517 | 366.540 | 104.132 | 80.255 | (174.640) | 376.287 |

29. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A companhia emitiu fato relevante em 29 de abril de 2014 em decorrência do despacho proferido em 29 de abril de 2014 pela Desembargadora Relatora do Agravo de Instrumento nº 0020138-95.2014.8.19.0000, em curso perante a 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Agravante GBI Capital e Gestão de Recursos Ltda, e como Agravada a Companhia, foi suspensa a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia designada para o dia 30 de abril de 2014.

Em razão do disposto acima, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia não foi realizada no dia 30 de abril de 2014, que dentre outros assuntos trataria da aprovação das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a nova data e horário para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão oportunamente divulgados pelos meios de comunicação adequados quando devidamente autorizado pelo juízo competente.

Composição do Conselho de Administração

| | |
|---------------------|--|
| Presidente: | Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares |
| Vice-Presidente: | Luiz Fernando Cirne Lima |
| Membro do Conselho: | Emilio Salgado Filho |

Composição da Diretoria

| | |
|--|-----------------------|
| Presidente: | Alcides Morales Filho |
| Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores: | Emilio Salgado Filho |

Gerente de Contabilidade

George Abi-Rihan Cordeiro
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20